

Moçambique já conta com uma rede de defensores dos direitos humanos



A Rede Nacional de Defensores dos Direitos Humanos é uma iniciativa da sociedade civil que tem como objectivo fortalecer a capacidade e a resiliência dos defensores dos direitos humanos, bem como melhorar a sua protecção e segurança no âmbito da sua missão de defender a dignidade humana, lutar contra injustiças e impedir o fechamento do espaço cívico. A rede visa ainda potenciar os defensores dos

defensores dos direitos humanos e do espaço cívico para que tenham maior consciência dos riscos associados ao seu trabalho e das necessidades que têm em termos de protecção.

O estabelecimento da rede decorreu numa cerimónia que juntou dezenas de defensores de direitos humanos na tarde de terça-feira, 6 de Outubro, e que serviu para homenagear Anastácio Matavele, activista assassinado na

Cidade de Xai-Xai por agentes da PRM, no dia 7 de Outubro de 2019, em plena campanha eleitoral. “Este evento é organizado pelos companheiros de luta de Anastácio Matavele. Lançamos hoje a Rede Nacional dos Defensores dos Direitos Humanos e o relatório sobre o julgamento do ‘Caso Matavele’. Queremos usar o relatório como instrumento de advocacia”, disse Adriano Nuvunga, Director do CDD, nas notas de boas-vindas.

A formalização da rede é resultado do trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2019 pelo CDD em parceria com a Rede de Defensores dos Direitos Humanos da África Austral (SAHRDN, sigla em inglês) - de que Adriano Nuvunga é membro do comité de direcção, e conta com o financiamento da OSISA. “A rede não é do CDD. O trabalho do CDD termina com o estabelecimento da rede. A rede vai ter vida própria, o seu logotipo, a sua identidade. A rede não é das organizações da sociedade civil, a rede não é das pessoas que trabalham e recebem dinheiro dos doadores. A rede é inclusiva e abrangente”, clarificou.

O lançamento oficial está agendada para

10 de Dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Até lá, as principais actividades vão consistir no registo da Rede Nacional de Defensores dos Direitos Humanos, criação da sua identidade e selecção de membros dos órgãos de direcção. “Queremos uma rede que se rege pelos princípios de transparência, integridade, honestidade, imparcialidade e seriedade. Queremos uma rede que mereça a confiança dos moçambicanos. Além de capacitar, defender e proteger os defensores dos direitos humanos e do espaço cívico, a rede vai se pronunciar sobre os direitos humanos em Moçambique”, explicou Adriano Nuvunga.

Na cerimónia, houve intervenções de defensores de direitos humanos, como dos juristas João Nhampossa e Custódio Duma; Prof José Jaime Macuane, ambientalista Carlos Serra Júnior; Ndzira de Deus (Fórum Mulher); jornalista Lázaro Mabunda; Simão Tila (JOINT), economista João Mosca (OMR), Anabela Rodrigues (PIE), Roberto Paulo (LAMBDA Moçambique); Vicente Manjate (OAM); Benilde Nhalivilo (ROSC).

Graça Machel diz que Anastácio Matavele é herói da sociedade civil

“Anastácio Matavele é um filho para mim. Juntos palmilhamos os primeiros passos para a criação de espaços para que as organizações da sociedade civil pudessem se estabelecer nas províncias e organizar-se em fóruns. Ele afirmou-se como líder na Província de Gaza, instalou um movimento da sociedade civil forte e reconhecido. Desde que criou o Fórum das Organizações Não-Governamentais de Gaza (FONGA) revelou-se uma pessoa de coragem, coerência e consistência, qualidades que lhe valeram o respeito de muitos de nós. Mas também lhe valeram o ódio”. Estas foram as primeiras palavras da activista Graça Machel, uma das personalidades que interveio na cerimónia através da plataforma zoom.

A Presidente da FDC lembrou que antes mesmo do assassinato de Matavele, a família viveu momentos de medo e de discriminação. A campanha de discriminação era movida por pessoas que não compreendem que



“uma sociedade só será rica, dinâmica e saudável” quando há a concorrência de ideias diversas e maneiras de pensar diversas. Segundo Graça Machel, a família voltaria a passar por momentos horríveis após o assassinato de Matavele, porque as autoridades responsáveis por investigar e trazer a verdade dos factos fizeram tudo para escamotear a realidade. “Valeu o movimento da sociedade civil que avançou e acarinhou a família e não hesitou em mobilizar as vontades que permitiram que o julgamento se realizasse com uma assistência. Embora não seja tudo o que nós queríamos que se esclarecesse, uma boa parte da verdade foi esclarecida”.

Graça Machel exortou as organizações da sociedade civil a imortalizar a vida e obra de Anastácio Matavele. “Cada sector tem os seus heróis e a sociedade civil declara Anastácio Matavele como seu exemplo, como seu herói. Nós abraçamos o exemplo de vida de Matavele, o exemplo de coragem, de coerência e consistência na defesa da verdade,

dos interesses da maioria”.

Na sua intervenção, a activista social fez um comentário sobre as recentes denúncias de violação dos direitos humanos em Cabo Delgado: “A rede veio em tempo oportuno: temos situações de guerra no centro e norte do País. É necessário que a rede contribua para que se entenda que se é verdade que a guerra é sempre cruel, também é verdade que as instituições do Estado nunca se devem colocar em pé de igualdade com aqueles que agridem o nosso povo, aqueles que massacrem o nosso povo. Elas não são a mesma coisa. A demarcação que deve existir entre nós e os inimigos do povo tem que ser clara e inequívoca. O nosso Estado tem que ter uma actuação que respeite os direitos humanos, uma actuação que protege e respeite todos os cidadãos, incluindo aqueles com quem não se concorde, porque debaixo da bandeira que nos cobre somos todos moçambicanos e temos o direito de ver os nossos direitos respeitados”.

Família Matavele diz que não houve justiça porque os mandantes não foram condenados

“A primeira versão que chegou à família indicava que Anastácio Matavele morreu num acidente de viação e nós estranhámos muito. Mas a verdade veio ao de cima: tratava-se de agentes das forças especiais da Polícia que emboscaram o nosso pai na via pública e, à queima-roupa, descarregaram várias munições no seu corpo, tendo perdido a vida minutos depois de dar entrada no Hospital Provincial de Xai-Xai”, descreveu Filipe Mahanjane, em representação da família Matavele. Devido às circunstâncias do crime e à natureza dos envolvidos, houve tentativas de criar versões com o intuito de desresponsabilizar os autores materiais e morais, mas “com a pressão da sociedade civil e outros actores sociais o plano não foi bem-sucedido”.

Ainda assim, a família Matavele diz que a justiça não feita porque os mandantes do crime não foram condenados, e manifesta “repúdio” pelo facto de o Ministério Público ter



Filipe Mahanjane, representante da família Matavele

despronunciado o dono da viatura (actual edil de Chibuto, Henriques Albino Machava) usada no crime. A família manifesta ainda tristeza com o valor de indemnização fixada pelo Tribunal Judicial da Província de Gaza, embora reconheça que a vida não tem preço. “Determinar 1.500.000 Meticais como indemnização é um insulto à família e uma vergonha para o sistema judiciário que perdeu a oportunidade de julgar o caso de acordo com a lei e não por paixão ou afinidade com este ou aquele réu”.

E porque passa um ano após o crime, a família lamenta que o Estado ainda não tenha

encontrado Agapito Matavel, o suposto comandante do pelotão dos assassinos de Matavele. “Isso é muito estranho, pois se trata de um individuo bem conhecido, membro da PRM, e que provavelmente tem mantido encontros regulares com colegas”. O facto de o tribunal não ter responsabilizado o Estado pelos actos praticados pelos seus agentes também mereceu a condenação da família, que garante que Matavele foi assassinado porque “defendia a verdade, justiça, transparência no tratamento dos interesses das comunidades”.

Alice Mabota homenageada

Um dos momentos mais altos da cerimónia foi a homenagem a Alice Mabota, antiga Presidente da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH) e decana na defesa, protecção e promoção dos direitos humanos em Moçambique. “Peço perdão por todos aqueles que ofendi e fizeram com que a Liga fosse extinta. Hoje o povo moçambicano está a sofrer. Hoje estou sem força para defender os moçambicanos que sofrem a expropriação de terra, estou sem força para defender os pobres”, disse, emocionada, Alice Mabota.

Na sua curta intervenção, Alice Mabota lembrou que ela mesma lutou pelo estabelecimento de um mecanismo de protecção dos defensores dos direitos humanos em Moçambique, por isso era com muita alegria que testemunhava o seu lançamento. “Eu nunca sofri balas, foram apenas ameaças. Mas há pessoas que sofreram isso e não tiveram onde encontrar protecção”.



Paula Magalhães – Coordenadora do Alto-Comissariado da ONU para os Direitos Humanos

“Defensores dos direitos humanos são pessoas ou instituições que intervêm em defesa de direito humano a favor de pessoas singulares ou colectivas. Todos os tratados das Nações Unidas relacionados com os direitos humanos foram aprovados porque houve muita luta e advocacia de defensores dos direitos humanos. O Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos não existiria sem o trabalho da sociedade civil. Estamos num momento de retrocesso, com ataques directos contra aqueles que defendem os direitos humanos. Apesar de existir um vasto e rico quadro institucional de promoção e defesa dos direitos humanos, assistimos a muitas violações em muitos países. Só com uma rede como esta é que os defensores dos direitos humanos podem trabalhar com protecção. Como Nações Unidas esperamos apoiar e trabalhar em conjunto nesta causa de defesa dos direitos humanos”.



Arnold Tsunga, do SAHRDN

“Temos estado a trabalhar há três anos para o estabelecimento da rede de defensores de direitos humanos em Moçambique. A experiência da coligação malawiana permitiu-nos criar esta rede em Moçambique. Temos feito muitas intervenções em Moçambique, apoiando casos de activistas que precisam de protecção. Isso mostra que Moçambique há muito que precisava de um mecanismo de defesa dos defensores dos direitos humanos. Em Julho de 2018 interviemos para ajudar um jornalista que estava detido em Cabo Delgado, e estamos envolvidos na protecção e evacuação de pessoas em perigo na Cidade de Maputo. Em Gaza, trabalhamos para restituir à liberdade os 18 jovens que foram detidos durante o processo eleitoral. Acompanhamos também o caso Matavele. O seu assassinato veio mostrar que a impunidade ainda permanece em Moçambique”.



Siphosami Malunga, Director da OSISA

“A morte de Matavele não foi um acidente, foi tudo planejado. Não é possível separar o assassinato de Matavele com as eleições de 2019. Ele foi morto quando defendia os votos dos moçambicanos. Ele lutava por eleições justas, livres e transparentes. E há mais exemplos de violação de direitos, como o incêndio das instalações do Canal de Moçambique e a violência armada em Cabo Delgado que está a aumentar. Uma Nação que é construída com base na violência é por ela destruída”.



Rotafina Donko, OXFAM

“Temos reportado vários casos de activistas de direitos humanos e de jornalistas que foram submetidos a raptos, ameaças de morte e violência após publicar matérias ou fazer intervenções críticas. Em Cabo Delgado há muitos relatos de violação dos direitos humanos, como aconteceu com o jornalista Amade Abubacar. Esta iniciativa surge num momento crucial e desafiador para os defensores dos direitos humanos. As medidas impostas pelo Governo no âmbito de prevenção da pandemia da Covid 19 também concorrem para a violação dos direitos humanos. Os ataques em Cabo Delgado e no centro do País têm levado à militarização dos espaços públicos, limitando a acção e os direitos dos cidadãos”.



Luís Bitone, Presidente da CNDH

“É preciso coragem, porque este movimento vem contrapor aqueles que ameaçam e violam os direitos humanos. Como Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) vamos apoiar a rede e vamos mobilizar os parceiros para que ajudem a rede. É isso que vai melhorar o ambiente dos direitos humanos. Estamos juntos e vamos lutar até que esta rede seja uma realidade”.





Anabela Rodrigues, PIE



Benilde Nhalivilo



Jurista Custódio Duma



João Mosca, OMR



Jurista João Nhampossa



Ndzira de Deus, Fórum Mulher



Adriano Nuvunga, Director do CDD



Jornalista Lázaro Mabunda



Professor Jaime Macuane



Roberto Paulo, LAMBDA



Simão Tila, JOINT



Vicente Manjate, OAM



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



AFRICAN GOVERNANCE INSTITUTE



International Institute of Social Studies

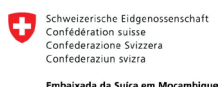


Universiteit Leiden



INCLUDE
KNOW EDGE PLATFORM ON INCLUSIVE DEVELOPMENT POLICIES

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique



OSISA
Open Society Initiative for Southern Africa



Nuffic
meet the world



Kingdom of the Netherlands



National Endowment for Democracy
Supporting freedom around the world